



Departamento de Sociologia e Políticas Públicas

Processos Educativos em Famílias com Filhos Biológicos e Adotados

Helena Cristina Tavares Pinto

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em
Educação e Sociedade

Orientadora:

Professora Doutora Teresa Seabra, Professora Auxiliar
ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa

Julho, 2018

Agradecimentos

No fim deste desafio, não poderia deixar de agradecer a todos aqueles que para este contribuíram, as mais variadas formas.

Primeiramente, gostaria de agradecer à minha orientadora, Professora Doutora Teresa Seabra, pelo seu apoio, sapiência, incentivo, disponibilidade e dedicação. Sem a sua preciosa ajuda não teria conseguido concluí-lo. Adquiri, através das suas sábias orientações e conhecimentos, um maior capital intelectual e um maior *know-how*, para saber fazer mais e melhor.

Aos meus pais, pelo amor, amparo, paciência e incentivo incondicionais, pois sem eles nada seria possível.

Aos meus amigos e colegas, pela compreensão, amabilidade e apoio que me deram.

E às famílias, que aceitaram partilhar comigo um pouco da sua história de vida e da dos seus filhos, o meu profundo agradecimento. É de louvar a sua solicitude em colaborar neste trabalho, cujos contributos foram de extrema importância.

Sem elas nada disto seria possível!

Resumo

O objeto desta dissertação são as estratégias educativas implementadas pelas famílias que têm, simultaneamente, filhos biológicos e adotados. Procurou-se comparar a educação dada pelas famílias aos diferentes filhos, identificando eventuais semelhanças e diferenças. Será que a educação do filho adotado varia em relação ao biológico? Será que a educação dos filhos varia segundo a idade do filho adotado e da idade do biológico? Como se relacionam os irmãos dentro deste tipo de famílias? Os filhos adotados são mais problemáticos que os filhos biológicos?

Para o efeito, foram realizadas entrevistas a mães de famílias com este perfil nas quais se pretendeu reconstruir o processo educativo no seio das mesmas. Estas famílias têm elevadas habilitações académicas, os filhos biológicos são mais velhos que os filhos adotados, tendo um máximo de 3 filhos. Os filhos adotados tinham idades entre 1 e 10 anos no momento da adoção.

Quando confrontadas diretamente com a questão, as mães, afirmaram não existir uma diferença na educação do filho adotado, pelo facto de ser adotado, mas por ser uma criança distinta. No entanto, ao longo do discurso fazem referência, no caso das adoções mais tardias, a tendência para serem mais benevolentes com os mesmos, em comparação com os filhos biológicos, por causa do passado, supostamente, traumático das crianças adotadas (apesar desta asserção nem sempre ser consensual entre o casal). Chegamos ainda a conclusão que os irmãos relacionam-se de igual forma como qualquer conjunto de irmãos biológicos. E ainda podemos concluir que os filhos adotados não são crianças problemáticas, no geral, são crianças como qualquer outra, mas com a história de vida diferente.

Palavras-chave: estratégias educativas, famílias, adoção

Abstract

The purpose of this dissertation is the educational strategies implemented by the families that simultaneously have biological and adopted children. We attempted to compare the education given by the families to the different children, identifying possible similarities and differences. Does the education of the adopted child vary in relation to the biological? Does the education of the children vary according to the age of the adopted child and the age of the biological? How do siblings relate to this type of family? Are adopted children more troublesome than their biological children?

For this purpose, mothers of families with this profile were interviewed, in which it was intended to reconstruct the educational process within them. These families have high academic qualifications, the biological children are older than the adopted children, having a maximum of 3 children. Adopted children were between 1 and 10 years old at the time of adoption.

When confronted directly with the question, the mothers affirmed that there is no difference in the education of the adopted child, because it is adopted, but because it is a different child. However, throughout the discourse they refer, in the case of later adoptions, to tending to be more benevolent with them, compared to their biological children, because of the supposedly traumatic past of adopted children (despite this assertion always be consensual between the couple). We also conclude that the siblings relate in the same way as any set of biological siblings. And we can still conclude that the adopted children are not problematic children, in general, they are children like any other, but with different life history.

Keywords: educational strategies, families, adoption



“Só é possível ensinar uma criança a amar, amando-a.”

Johann Wolfgang von Goethe

Índice

Agradecimentos	i
Resumo	ii
Abstract	iii
ENQUADRAMENTO DA PESQUISA	2
1.1 A Educação enquanto Processo Relacional	2
1.1.1 Socialização Familiar	2
1.1.2 Estratégias Educativas Familiares	3
1.2 As Estratégias Educativas em Famílias com Filhos Biológicos e Adotados	6
1.3 A Adoção em Portugal: Elementos de Caraterização	9
METODOLOGIA	15
APRESENTAÇÃO DE RESULTADOS	17
3.1 – O Processo de Adoção	17
3.1.1 - <i>As Motivações da Adoção</i>	17
3.1.2 - <i>Envolvimento do Irmão Biológico no Processo de Adoção</i>	17
3.1.3 - <i>Conhecimento da Condição de Adotado</i>	18
3.2 – As Estratégias Educativas	20
3.2.1 - <i>Adaptação do filho adotado à Família</i>	20
3.2.2 - <i>Filho Adotado: Comportamento Problemático</i>	20
3.2.3 - <i>Relação entre Irmãos</i>	21
3.2.4 - <i>Estratégias Educativas</i>	22
3.2.5 - <i>Preocupações dos Pais em relação Futuro dos Filhos</i>	24
CONCLUSÃO	25
BIBLIOGRAFIA	28
FONTES	30
ANEXOS	I

Índice de Gráficos

Gráfico 1 – Número de Crianças adotadas entre 2011 até 2014	10
Gráfico 2 - Medida de Adotabilidade pelo Tribunal entre 2015 e 2016	10
Gráfico 3- Evolução do Número de crianças e jovens em situação de acolhimento, os novos casos e a cessão do acolhimento entre 2006 e 2016	11
Gráfico 4- Processos findos da Adoção	12
Gráfico 5 - Situações de perigo predominantes que estiveram na origem da situação de acolhimento	12
Gráfico 6 – Panorama da Adoção em Portugal	14

Índice de Quadros

Quadro 1 - Projeto de Vida adoção por grupo etário	13
Quadro 2 - Caracterização Social dos Entrevistados	16

INTRODUÇÃO

A educação dos filhos é certamente uma tarefa complexa, independente da forma de ligação entre pais e filhos. O processo de desenvolvimento de qualquer criança, biológica ou adotiva, acontece num *continuum*, onde diferentes fases se sucedem e nas quais seus pais se deparam com constantes desafios e com a necessidade de se adaptarem às novas exigências que vão surgindo.

Ao longo dos tempos, o papel e o conceito de família foi-se modificando e tornando-se cada vez mais importante. Como refere Relvas (1996:9), “Família é contexto natural para crescer. Família é complexidade. Família é teia de laços sanguíneos e, sobretudo, de laços afetivos. Família gera amor, gera sofrimento. A família vive-se. Conhece-se. Reconhece-se.”

Atualmente, a família, segundo Sampaio (1994, em Azevedo & Moura, 2000:16), “(...) não é mais aquele agregado familiar constituído por pais e filhos unidos para o mesmo fim, como dantes se falava. A família é hoje um espaço emocional à procura de novos equilíbrios e que pode revestir as mais diversas formas”.

De acordo com Amaro (1993, em Azevedo & Moura, 2000), “(...) todas as sociedades estabeleceram regras que definem as relações entre indivíduos e a sua descendência”. Cada família no seu seio dispõe das suas próprias estratégias educativas, a fim de desenvolver e preparar a criança para a sociedade. Como enuncia Bourdieu (1987 em Seabra, 1999: 19), estas estratégias são “o produto do sentido prático como sentido do jogo, de um jogo social particular, historicamente definido, que se adquire desde a infância participando nas atividades sociais (...) [e que] supõe uma invenção permanente, indispensável para se para se adaptar às situações infinitamente variadas”.

Com este trabalho espera-se dar uma visão acerca das estratégias educativas adotadas pelas famílias, tendo em conta a particularidade de um dos filhos ser adotado. Será que a educação dos filhos varia, pois, um destes é adotado? Será que a educação é igual, não depende o fato de um dos filhos ser adotado? Será que a educação dos filhos varia segundo a idade do filho adotado? E do biológico? Como se relacionam os irmãos dentro dese tipo de famílias? A maneira de educar é igual ou difere, para cada filho (biológico e adotado)? Os filhos adotados são mais problemáticos que os filhos biológicos?

Na estrutura deste trabalho considerou-se relevante a sua divisão em três partes. A primeira, respeitante ao enquadramento teórico, no qual é apresentada a informação acerca da educação e estratégias familiares. A segunda parte, relativa aos objetivos do estudo, aos instrumentos, aos procedimentos, à caracterização sócio-demográfica dos participantes. E por último, no terceiro, serão demonstrados e analisados os resultados.

ENQUADRAMENTO DA PESQUISA

1.1 A Educação enquanto Processo Relacional

A principal função da família, bem como qualquer grupo social, é a sua continuidade. Como tal, precisa de transmitir à geração seguinte a sua experiência acumulada ao longo do tempo, através do ensino e simultaneamente, da aprendizagem. Por conseguinte, o ensino e a aprendizagem são processos que estão interligados e fazem parte do processo educativo. Como esclarece o antropólogo Iturra, o ensino é “a prática de transferir conhecimentos, provados ou acreditados, pela população que educa à população e a estimula a desconhecer as formas, estruturas e processos que ligam as relações sociais com as coisas”; por outro lado, a aprendizagem é “ a prática de colocar questões por parte da população que ensina, que envolvem alternativas de resposta, à população que começa a entender o funcionamento do mundo, onde a resposta a encontrar o indicado, não sendo a sua atividade substituída pelo iniciador”(Iturra,1994:1). Logo, o processo educativo pressupõe a participação de personagens, que assumiram os papéis de quem ensina e de quem aprende, embora na interação isso se torne uma “via de mão dupla”, quem ensina também aprende e vice-versa.

1.1.1 Socialização Familiar

Durkheim refere, no início do século XX, que a socialização é o “processo de assimilação dos indivíduos aos grupos sociais” (Durkheim; 1922 em Mollo-Bouvier, 2005:392). Contudo, as teorias mais contemporâneas, como as interacionistas salientam a aquisição dos conhecimentos através das interações. Mais concretamente, a socialização é o resultado das interações das crianças com a sua família e, de forma mais lata, com o seu meio ambiente.

Como enuncia Montandon e Perrenoud (2001), a socialização deve ser encarada como projeto e prática quotidiana. E trata-se de uma questão de debate na sociedade quando se determinam as políticas de educação, sendo particularmente, um desafio no interior de cada família, quer entre pais, quer entre adultos e crianças, quer ainda, entre pais e professores. Assim a socialização, segundo estes autores, é principalmente feita na família, onde se transmite as regras e normas que dela fazem parte; na qual, o processo de socialização, segundo os vários autores, depende quase sempre da classe social a que a família pertence.

Existem duas grandes correntes sociológicas que estudaram o processo de socialização: o Estrutural-funcionalismo e o Interacionismo. Sendo, o pioneiro da primeira corrente o sociólogo Durkheim. A corrente interacionista defende que a socialização toma uma forma de interação social e ação em relação aos outros, ou seja, é integrada uma nova dimensão do conceito de

socialização – a relação com os outros agentes de socialização: a família, a escola, os meios de comunicação social (*mass media*) e os amigos. Deste modo, a socialização é definida como “um processo duplo de adaptação e ação” – processo de “aquisição de uma atitude a interpretar, a compreender as normas e os valores dos outros, de modo a poder trocar e comunicar segundo diferentes registos, em perpétua evolução” – e a análise do processo de socialização familiar foi consideravelmente alargada e enriquecida” (Montandon, 1988 em Seabra, 1999:23). Através desta corrente sociológica, passou-se a destacar o papel preponderante da participação ativa dos socializadores na dinâmica relacional aos seus diferentes níveis e instâncias socializadoras. É o caso, por exemplo, dos efeitos da relação conjugal na socialização dos filhos, ou a influência que a mãe pode ter na interação pai e filho (Montandon, 1988 em Seabra, 1999:24).

As “abordagens interacionistas”, segundo José Castro (Franco, 2007:23), centram a sua análise nas interações e processos de socialização que ocorrem no interior da família, assim como entre a família e outras instituições, que por sua vez condicionam o relacionamento entre pais e filhos. Nesta perspetiva, as relações entre pais e filhos, através da partilha de significados e da troca de experiências, possibilitam a definição de papéis e contribuem para a emergência de normas e expectativas comuns. Este tipo de abordagem defende que as crianças também influenciam as atitudes, os comportamentos e a identidade dos pais. Em suma, o Interacionismo rejeita a ideia da socialização como um processo de um só sentido, através do qual os pais orientam os filhos.

O mais recente conceito de socialização enuncia que este processo não é unidimensional (a influência dos socializadores sobre os socializados), nem bidimensional (a influência dos socializados nos múltiplos elementos de uma dada rede social, influenciam-se entre si) (Seabra, 1999:25).

1.1.2 Estratégias Educativas Familiares

Kellerhals e Montandon (1991) consideram que a educação é uma das partes constituintes do processo de socialização, que engloba igualmente as influências não voluntárias, muitas vezes inconscientes, que o meio exerce sobre a criança. “Os ritmos de vida, a linguagem corrente, os gestos quotidianos, as clivagens sociais, as formas arquitetónicas são igualmente códigos sociais que a criança adquire de forma progressiva, contribuindo para a formação da sua identidade numa medida pelo menos igual à influência exercida de forma voluntária pelos educadores” (Kellerhals e Montandon, 1991:14). Afirmam ainda, que o indivíduo que está em fase de socialização não é uma matéria mole, mas sim um ser que reage e influencia, por conseguinte os agentes que o controlam; daí resulta, que os efeitos da educação nem sempre correspondam às intenções educativas.

“Chamamos educação familiar à ação de tratar, educar uma ou duas crianças levada a cabo a maior parte das vezes em grupos familiares, adultos, pais das respetivas crianças” (Durning,1995:36 em Franco, 2007:26). Um dos estudos sociológicos mais conceituado é o de Kellerhals e Montandon, intitulado *Les Stratégies Educatives des Familles* (1999), no qual trata a educação da criança como um processo de influência, identificável através das suas estratégias educativas. Para estes autores, a educação designa “o conjunto das ações que diversos agentes sociais empreendem deliberadamente para integrar a criança na vida social” (Kellerhals e Montandon, 1991:14). Sendo que, educação desdobra-se em quatro domínios considerados fundamentais: a aquisição das aptidões necessárias para participar na produção social (os conhecimentos); a interiorização das crenças e valores que estão na base da ação social (a moral); a aquisição de normas, de rituais que regulam as relações interpessoais (as técnicas de interação); e o manejo de signos e de símbolos da identidade social (os identificadores da identidade) (Franco 2007:17).

Segundo Kellerhals (1991), os objetivos educativos dos pais para o filho prendem-se com três principais fatores, sendo estes: formar (ou contribuir para formar) a personalidade do seu filho; prepará-lo para uma certa posição social; e construir as suas referências religiosas, nacionais, familiares, ou seja, integrá-lo em certos grupos privilegiados e familiarizá-lo com os seus valores. Existem três estilos de educação, de acordo com Baumrind (1971 em Kellerhals, 1991), sendo os seguintes:

- 1) o *estilo autoritário* (com um controlo elevado e apoio fraco) caracterizado pelos pais que tendem a controlar os comportamentos e atitudes dos seus filhos, com princípios e regras que não se discutem; havendo o respeito pela autoridade, pela tradição, pelo trabalho e ordem, pela obediência a regras formadas pelo quadro da educação;
- 2) o *estilo permissivo* (controlo fraco e apoio elevado), assente na valorização e a aceitação dos desejos, dos comportamentos e dos impulsos dos seus filhos, consultando-os antes de uma tomada de decisão paterna; punindo e controlando pouco, ao ponto de não exigirem que os filhos prestem o seu contributo nas tarefas domésticas;
- 3) o *estilo autoritativo* (controlo e apoio elevados) caracterizado pelos pais que valorizam uma atitude racional, encorajando as trocas verbais, explicando as suas razões e usando a sua autoridade quando necessária, em vista de fixação das regras e simultaneamente, estimulando seus filhos a serem independentes.

Ao longo do tempo fizeram-se inúmeras pesquisas sobre as diferentes práticas ou estratégias educativas dos pais. Uma delas, foi levada a cabo nos anos 30 do século XX, nos E.U.A., que defendia que os pais da classe operária/trabalhadora educava seus filhos de forma mais permissiva e descontrolada do que os da classe média. Montandon (2001) acrescenta, ainda, que os diversos estudos demonstram que existe, efetivamente, uma relação intrínseca entre a classe social dos pais e os valores transmitidos aos seus filhos. Assim, os pais

pertencentes às classes populares (baixa) preferem que os seus filhos possuam qualidades como a obediência, o respeito, a responsabilidade e evitem problemas; enquanto que, os pais das classes médias e elevadas na hierarquia social, valorizam e estimulam seus filhos para a independência, a criatividade e a ambição (Gecas e Nye, 1974; Kohn, 1977 em Kellerhals, 1991). Duas décadas mais tarde, estudos como os de Brofenbrenner e Kohn revelaram o oposto, isto é, “as famílias da classe média têm práticas educativas mais tolerantes, ignorando mais as faltas e recorrendo à recompensa. Já as famílias da classe trabalhadora são mais autoritárias, utilizam formas estreitas de controlo e preocupam-se mais com a obediência” (Lautrey, 1984 em Seabra, 1999:28).

Basil Bernstein (1975) introduz, como variável intermédia, o tipo de comunicação familiar e verifica que esta implica práticas de interação diversificadas, distinguindo dois tipos de famílias: as “posicionais” (pertencentes a classe social desfavorecida, portadoras de um código restrito, onde as relações entre pais e filhos dependem das decisões dos primeiros sobre os segundos) e as “orientadas para as pessoas” (onde a relação entre pais e filhos é feita com base na personalidade de cada um, onde são discutidas as decisões e possuem um código elaborado) (Seabra; 1999).

Estas análises sociológicas defendiam, assim, que as estratégias e as práticas educativas no seio da família eram influenciadas pela pertença a uma dada classe social. Com o contributo dos estudos de Kellerhals e Montandon (1991) “declararam-se” novas luzes e pistas à investigação social. As autoras, propuseram a hipótese de que dentro da mesma classe social as famílias podem adotar diferentes estratégias de educação e socialização (Kellerhals e Montandon; 1991 em Montandon; 2005). Neste estudo, estas autoras revelam que a grande maioria dos pais centra a educação dos filhos nos valores de autonomia e de responsabilidade pessoal, preocupando-se muito com os valores de compromisso, de solidariedade e de militarismo por um ideal. Estes valores são mais reforçados nas classes sociais elevadas, caracterizando as famílias de tipo “associação”, mais sensíveis à acomodação (Kellerhals; 1991).

As diferenças de objetivo e valores educativos entre pais de diferentes meios sociais multiplicam-se, e repercutem-se em variações nos métodos pedagógicos (por exemplo: nas formas de disciplina e punição das crianças). As famílias populares fazem uso da coerção, da contrariedade e da força. Enquanto que, as famílias com um nível social mais alto, desculpam a criança na maior parte das vezes, comunicam com ela, oferecem apoio; em suma, adotam uma atitude mais democrática (Kellerhals, 1991 em Franco, 2007).

Kohn segundo Franco (2007), aponta as razões para as diferentes atitudes dos pais. De acordo com o mesmo autor, os pais que tem um *status* mais elevado têm uma profissão que implica iniciativa, manipulação de símbolos, e são promovidos ou não consoante as suas performances individuais; como tal, tendem a valorizar e a encorajar a autonomia na educação de seus filhos. Por sua vez, os pais do meio operário que são submetidos a uma vigilância

directa das suas tarefas repetitivas e rotineiras, na qual as suas promoções dependem das condições colectivas, tendem a enaltecer e a exigir dos seus filhos ordem e obediência.

Kellerhals afirma a existência de técnicas de influência, que vão desde a conversa e explicação até à chantagem afetiva ou contradição, passando pela imposição da autoridade, a qual poderá ser imposta sem discussão ou negociada. Assim, há pais que preferem agir segundo a personalidade do seu filho, enquanto outros optam por controlarem-lhe a rotina diária. E ainda, existem pais “que adotam uma tática utilitarista, enquanto outros manipulam a ligação do seu filho a uma relação ou a uma norma” (Kellerhals, 1999:92).

1.2 As Estratégias Educativas em Famílias com Filhos Biológicos e Adotados

Embora tenha havido um incremento na produção literária e nas pesquisas sobre a adoção na última década, ainda são poucos os estudos que abordam a percepção do processo educativo dos filhos adotados.

As relações familiares biológicas ou adotivas, mesmo com modificações em sua composição tradicional, não apresentam diferenças quando se trata de educação de filhos. Maldonado (1987 em Amarante, 2008) delibera que as famílias têm o compromisso de se responsabilizar pelo bem-estar uns dos outros, afirmando que isto acontece, porque maioritariamente as famílias contemporâneas passaram a se constituir sem a base dos “laços de sangue”, declarando assim, que os vínculos de amor e compromisso não dependem de parentesco. (Amarante, 2008:2)

Sabe-se pouco ainda, sobre as interações familiares nas famílias adotivas, quando comparadas com as biológicas (Rueter, Keyes, Iacono, & McGue, 2009), bem como relativamente aos estilos educativos parentais, cuja literatura é escassa. Contudo, os estudos desenvolvidos neste âmbito parecem consonantes quanto à prevalência de um estilo parental, o “autoritativo” neste tipo de famílias. (Baumrind, 1971)

O estudo de Muñoz et al. (2007 citado por Lavado, 2015:17), realizado com crianças adotadas de idades compreendidas entre os 6 e os 11 anos, mostra que há um maior recurso a estratégias do tipo “autoritativo” no exercício da parentalidade. A predominância deste estilo educativo poderá explicar-se pelo perfil social das famílias adotantes, que são de classe alta, como enuncia Montandon (2001).

Rueter e Koerner (2008 citado por Lavado, 2015:17) ao avaliarem os padrões de comunicação, entre as famílias adotivas e biológicas, não encontram diferenças em função do tipo de família. Especificamente, os níveis encontrados de afeto, comunicação, apoio e controlo parental são semelhantes em ambos os tipos de família (Rueter et al., 2009).

Solomon e Poirier (2006) verificam que os pais adotados pareceram ser tão afetuosos e aceitantes com os seus filhos quanto os pais biológicos. E eventualmente, ainda mais atentos,

parafrazeando Marquis e Detweiler no seu estudo (1985 citado por Lavado, 2015:17), em que os pais adotados são descritos como mais carinhosos, previsíveis, solícitos e dispostos a ajudar.

Hoopes (1982 citado por Lavado, 2015:18) verifica que, seis meses após a chegada da criança à família, os pais adotados fomentam a dependência e "endeusamento" destes filhos, fornecendo-lhes mais afeto; contrariamente, aos pais biológicos promovem mais a independência e a aceleração do desenvolvimento, e recorrem mais à supressão do afeto e a comportamentos punitivos. O que permite concluir que, neste estudo, há uma parentalidade mais positiva nas famílias adotivas em comparação com as biológicas-adotivas.

As razões de adoção de uma família já com filhos biológicos recaem no facto de quererem aumentar a família e não poder mais viver a gestação (infertilidade/menopausa), ou de sentirem que há ainda espaço afetivo para mais um membro, ou até, pelo simples facto do casal estar em segundas núpcias e o dos cônjuges já ter feito vasectomia/histerectomia ou laqueação de trompas. Também se deve ressaltar, a importância do papel dos filhos já existentes na família participarem deste processo e desta aceitação (Souza e Casanova, 2012 em Tastsch, 2015:13).

Por ser escassa a pesquisa em torno dos processos educativos em famílias biológico-adotivas, esta dissertação centraliza-se num estudo feito recentemente por Schettini (2007). No qual, as suas principais conclusões são as seguintes:

No que concerne às *motivações para as adoções* no grupo dos pais sem filhos biológicos, estes adotam devido às impossibilidades biológicas para procriar, ou pelo desejo de ter filhos e não quererem passar pelo processo de gestação. Já com as famílias com filhos biológico-adotivas, estes pais adotam em função de motivos altruístas (solidariedade, cidadania) ou porque pretendem aumentar a família e não havia mais possibilidade biológica para tal, ou porque sempre afirmaram que o projeto familiar incluía filhos biológicos e adotados (Schettini,2007:91).

- Relativamente, aos *problemas de adaptação da criança adotada* a grande maioria dos pais menciona não ter existido dificuldades de adaptação (Schettini,2007:96).

- Em relação à questão dos *problemas comportamentais dos filhos adotados*, não há uma grande discrepância entre famílias adotivas e famílias biológico-adotivas (Schettini,2007:100).

- Face aos *tipos de problemas de comportamento problemático* nas famílias biológico-adotivas, estas apresentam dificuldades na socialização; uma hiperatividade/ansiedade; um comportamento antissocial; uma excessiva dependência/insegurança; uns ciúmes exacerbados; e por fim, na pior das situações, na não aceitação da adoção. As *estratégias utilizadas pelos pais para a resolução dos problemas de comportamento*, passam por ter conseguido resolvê-los em casa por meio de estratégias familiares (como o diálogo, a compreensão, a tolerância, o afeto, a paciência, a resiliência) ou, pelo recurso de estratégias exteriores (por exemplo, à ajuda de profissionais de saúde - psicólogos) (Schettini,2007:101-103).

- Quanto aos *motivos que conduzem aos problemas de comportamento*, as famílias adotivas

atribuem à história anterior dos filhos e suas sequelas. Contrariamente, as famílias biológico-adotivas os atribuíram às suas próprias dificuldades, bem como às características de personalidade dos filhos, ou ao medo que os filhos teriam de um novo abandono, ou às fases específicas do desenvolvimento, ou então, não sabem a que fatores atribuir esses problemas de comportamento que despulam em seus filhos (Schettini, 2007:91-92).

- No que diz respeito às *dificuldades enfrentadas no processo educativo*, as famílias adotivas enunciam como sendo a falta de firmeza para impor limites; a dificuldade em dizer “não”; a criação dos filhos com excesso de mimos; a superproteção dada aos filhos; o temperamento difícil do (s) filho (s); ou, a diferença nos critérios de educação em relação à história anterior (Schettini, 2007:109). No entanto, as famílias biológico-adotivas acreditam que as dificuldades no processo educativo são semelhantes para os dois tipos de filhos, biológico e adotado. Em relação à crença de que a *educação dos filhos está relacionada com a adoção*, a maioria dos pais adotados destes dois grupos familiares não atribuem as dificuldades enfrentadas no processo educativo de seus filhos ao facto de eles serem adotados (Schettini, 2007:120).

Observou-se que alguns pais adotados, mesmo após vários anos, depois da adoção ainda têm *receios em relação adoção*, pois sentem-se atemorizados e receosos de perder sua criança para os pais biológicos. Verifica-se que estas famílias têm muitas dificuldades no estabelecimento de limites, pois, inconscientemente, temem perder o amor do filho (Schettini, 2007:25).

Verificou-se ainda, que os pais adotados acreditam que a *adoção acarreta problemas*, nomeadamente: traumas da história original, rejeição da progenitora, baixa autoestima dos filhos, influências hereditárias, preconceitos sociais, ou pura e simplesmente, a adoção na sua aceção da palavra (Schettini, 2007: 121).

As famílias que *não atribuem quaisquer os problemas à adoção, justificando-os com as seguintes razões*: pelas crises normais do desenvolvimento; porque educar filhos é sempre complexo; pelos preconceitos sociais; pela personalidade dos filhos; pelas dificuldades pessoais dos pais; pelos traumas da história de origem; pelas dificuldades do mundo contemporâneo; pela ausência dos pais no quotidiano dos filhos; pelo egocentrismo dos filhos; ou pelas necessidades especiais dos filhos (Schettini,2007:120-121).

Em famílias biológico-adotivas houve a manifestação de *resistência por parte dos irmãos*, pois na sua grande maioria, relataram que existiu, principalmente, ciúmes e que estes foram depois vencidos, com a convivência entre as crianças e o diálogo (Schettini, 2007:93-94).

Relativamente, à revelação da condição do adotado segundo o estudo de Schettini, a maioria dos pais dos dois tipos de famílias, família adotiva e biológico-adotiva, responderam que os seus filhos têm conhecimento de sua origem biológica. Por oposição, as famílias que *não revelaram esta condição de adotado a seu filho*, enunciam como razão, a idade precoce do

filho, ou simplesmente, por não terem tido coragem para fazer a revelação. E pronunciaram-se que a *idade que deve ser feita a revelação*, ocorre quando as crianças já têm entendimento discernimento/perceção das realidades, com idades entre os 3-6 anos (Schettini, 2007: 98-99).

Face às *preocupações dos pais em relação ao futuro de seus filhos adotados*, estes afirmam que não têm nenhuma preocupação particular em analogia com os filhos biológicos, dizendo ter as mesmas preocupações que todos os pais têm em relação a seus filhos em geral (bom desempenho escolar; ser saudável; sucesso profissional, pessoal e sentimental) (Schettini, 2007: 123).

Deste modo, à percepção das famílias biológico-adotivas a respeito da educação dos filhos, no que diz respeito ao processo educativo, é semelhante a outros tipos de família; pois os filhos adotados não se revelam mais problemáticos do que os biológicos na sua educação. Contudo, as dificuldades são diferentes para cada tipo de filho, devido às distintas formas de filiação.

1.3 A Adoção em Portugal: Elementos de Caracterização

A adoção, segundo a Segurança Social, é “um processo gradual que leva a que uma pessoa, individualmente considerada, ou um casal se tornem pai, mãe ou pais de uma ou mais crianças, permitindo a estas concretizar o seu direito fundamental de crescer num ambiente familiar, em clima de felicidade, amor e compreensão”. (Site Segurança Social¹)

Para os candidatos à adoção poderem iniciar este processo, têm que, primeiramente, recorrer à Equipa de Adoção do organismo da Segurança Social da área de sua residência, bem como assistir a uma sessão informativa do Plano de Formação para a Adoção. Depois, segue-se a apresentação da candidatura nos serviços de adoção do organismo de Segurança Social competente (ao entrega-la recebe um certificado de candidatura). Após estes procedimentos, o casal ou pessoa interessada em adotar é avaliado, a nível social e psicológico, pela entidade competente, através da realização de entrevistas e outros instrumentos de avaliação (Site Segurança Social²).

A adoção é uma das várias medidas no âmbito de *Processos de Promoção e Proteção das Crianças e Jovens*, bem como um dos projetos de vida das crianças e jovens em situação de acolhimento. Com o auxílio do Gráfico 1, pode verificar-se, que a desde 2011 até 2014, a medida Adoção tem vindo a diminuir, assim como o número de crianças/jovens em acolhimento, ou seja no ano 2011 podemos verificar que num total de 1,581 crianças/jovens em acolhimento, somente 407 foram adotadas, enquanto que em 2014 num total de 1,267 crianças/jovens, 347 crianças/jovens foram integrados numa família adotiva.

¹<http://www.seg-social.pt/como-adotar>

²<http://www.seg-social.pt/como-adotar>

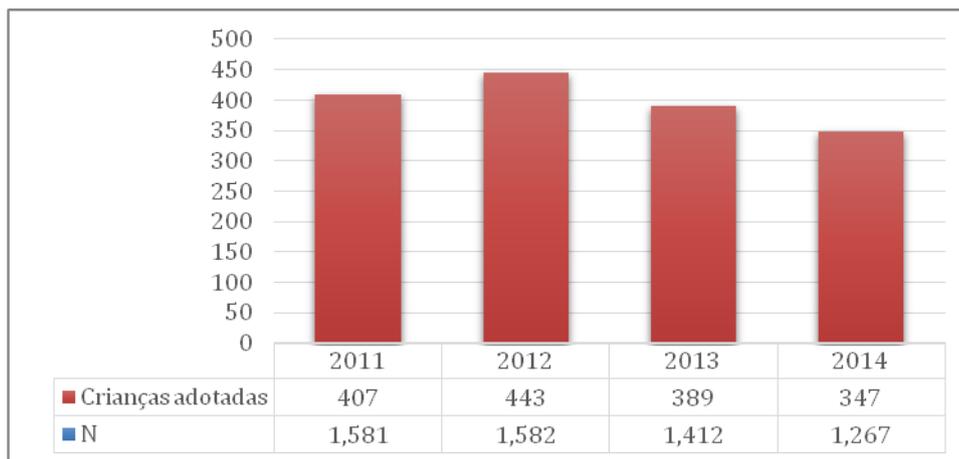


Gráfico 1 – Número de Crianças adotadas entre 2011 até 2014

Respeitante aos anos 2015 e 2016 o número de crianças, que usufruem do projeto de vida de adotabilidade decretada pelo Tribunal tem vindo a aumentar, como podemos observar através do Gráfico 2, ou seja, em 2015 num total de 820 crianças/jovens em acolhimento, 359 crianças/jovens tiveram esta medida decretada pelo tribunal, já em 2016 num total de 830 crianças/jovens em acolhimento, 469 crianças/jovens tiveram a adotabilidade como medida decretada pelo tribunal, logo um aumento de crianças/jovens em acolhimento e por sua vez mais projeto de vida de adotabilidade decretada pelo Tribunal.

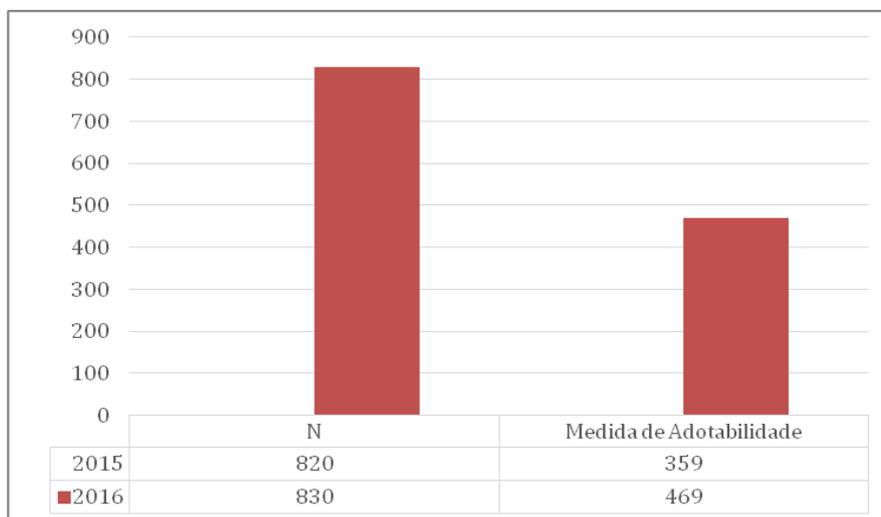


Gráfico 2 - Medida de Adotabilidade pelo Tribunal entre 2015 e 2016

No que diz respeito à evolução do número de crianças e jovens em situação de acolhimento, podemos concluir através do Gráfico 3, que à semelhança dos anos anteriores, o ano de 2016, manteve-se com menos crianças e jovens em situação de acolhimento. Já os anos de 2006 a 2008 registam a maior oscilação, sendo que nos últimos 8 anos a tendência foi de decréscimo. Relativamente às saídas das crianças e jovens do sistema, devido a adoção ou outra medida, a variação é pouco significativa, com a exceção registada no ano de 2008, devido a redução das famílias de acolhimento com laços de parentesco, face à entrada em vigor do Decreto – Lei nº 11/2008 de 17 de janeiro, que regulamentava o acolhimento familiar. (Relatório CASA,2017:18)

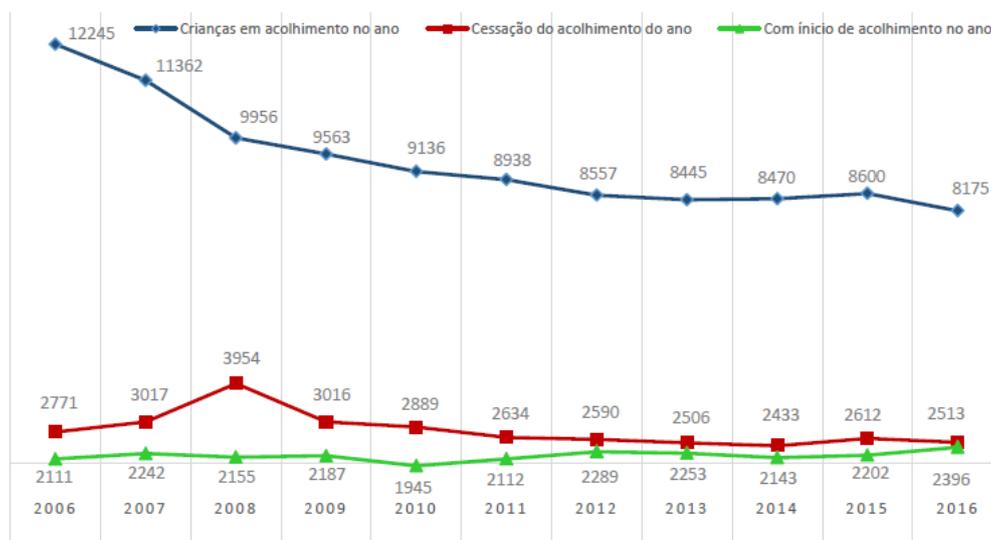


Gráfico 3- Evolução do Número de crianças e jovens em situação de acolhimento, os novos casos e a cessão do acolhimento entre 2006 e 2016

(Fonte: Relatório CASA,2017:18)

Em Portugal podemos enunciar que a adoção plena (coloca o adoptado na situação jurídica de filho do adoptante, extinguindo-se as relações familiares entre o adoptado e a sua família, isto salvo quanto a impedimentos matrimoniais. (metainformação – INE)) tem vindo a diminuir entre 2006 e 2016, mas em 2008, verificamos que houve um pico deste tipo de adoção com 591 casos. Relativamente a adoção restrita (atribui apenas os deveres e os direitos fixados expressamente na lei, não tirando o adoptando da sua família natural, em relação à qual ela mantém, em princípio, todos os seus direitos e deveres. A adopção restrita pode a todo o tempo, a requerimento dos adoptantes, ser convertida em adopção plena, desde que se verifiquem os requisitos para estes exigidos. (Metainformação – INE) não houve grande oscilação entre os anos. No caso da conversão de adoção restrita em plena, o que coincide o ano, de 2008, também houve um pico de casos, com 35 no total e desde 2015 tem vindo a aumentar esta conversão

com um aumento de 4 casos (7 casos), devido a nova legislação que saiu sobre a adoção (Lei n.º 143/2015, de 8 de setembro).

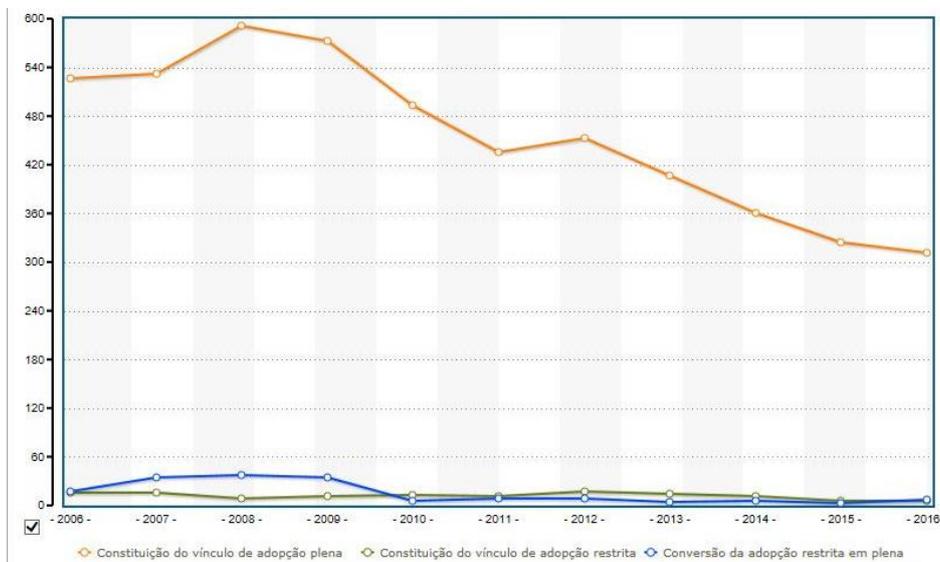


Gráfico 4- Processos findos da Adoção

(Fonte: Portada³)

No que diz as razões pelas quais as crianças e jovens são acolhidos o Gráfico 5, demonstra que num total de 18.895 crianças e jovens, são diversas as formas de negligência que sobressaem, representando mais de metade das situações de perigo identificadas, seguido das situações de mau trato psicológico, sendo ainda expressivos os maus tratos físicos e os abusos sexuais. Relativamente às situações de negligência, e desdobrando as mesmas, sobressai a falta de supervisão e acompanhamento familiar, ou seja, a criança ou jovem foi deixada só, entregue a si próprio ou com irmãos também menores, por largos períodos de tempo. (Relatório CASA,2017:49)

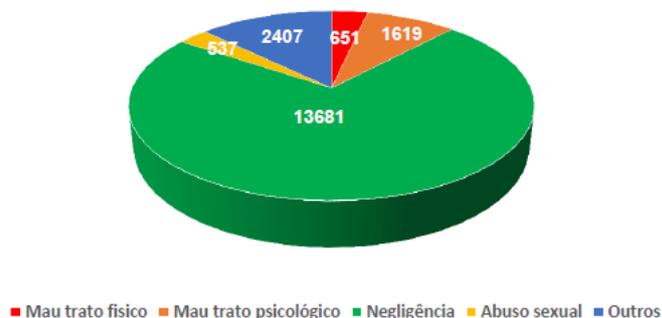


Gráfico 5 - Situações de perigo predominantes que estiveram na origem da situação de acolhimento

(N= 18.895) (Fonte: Relatório CASA,2017:49)

³ <https://www.pordata.pt/Portugal/Processos+findos+de+adop%C3%A7%C3%A3o-1426> consultado no dia 16 de Junho de 2018

Quanto à faixa etária das crianças com projeto de vida de adoção, verifica-se, pela análise do Quadro 1, que este projeto de vida foi determinado, maioritariamente, para crianças entre os 0 e os 3 anos de vida, seguindo-se a faixa etária dos 6 aos 9 anos e a dos 4 aos 5 anos.

Quanto às crianças com mais de 15 anos, vai haver a redefinição do projeto de vida, uma vez que o projeto de vida de adoção não se concretizou, tendo sido ultrapassada a idade legal para que este projeto de vida possa ser realizado.

Esta maior percentagem de projeto de vida de adoção para crianças tão pequenas (grupo etário dos 0 aos 3 anos), aliada ao aumento do número de crianças que em 2016 viram o seu projeto de vida definido para adoção, poderá estar associada a uma intervenção profissional intensiva e precoce. (Relatório CASA,2017:71-72)

Grupo etário	Projeto de vida: Adoção	
	N	%
0-3	299	36%
4-5	133	16%
6-9	214	25,80%
10-11	62	7,50%
12-14	103	12,40%
15-17	18	2,20%
18-20	1	0,10%

Quadro 1 - Projeto de Vida adoção por grupo etário

(Fonte: Relatório CASA,2017:71-72)

Como esclarece Tastsh (2015:9), as preferências do futuro filho adotado, reportado em seu estudo à realidade brasileira, os casais adotantes elegem as crianças pequenas, por pensarem que será mais fácil de educá-la e de se adaptar à nova família; enquanto, uma criança mais velha já tem uma história de vida que poderá dificultar a educação e a aceitação da nova família. Como é comprovado e demonstrado no seu estudo, a idade com maior frequência de crianças adotadas está entre 1 a 3 anos de idade, que representam 50% do total das crianças adotadas.

Podemos ainda evidenciar através do Gráfico 6, que em Portugal as crianças ou jovens com vista a adoção, em 2016 tem mais destaque nas casas de acolhimento (362 crianças/jovens) e detêm um escalão etário predominate entre os 4 e os 6 anos (112 crianças/jovens), seguidamente entre os 7 e 9 anos; a maioria são do sexo masculino (258 casos); não tem qualquer problema de saúde (244 casos) e por fim não possuem irmãos (250 crianças/jovens).

Entre 2015 e 2016, 362 crianças/jovens encontravam-se por um período superior a um ano,19 meses, inseridas em famílias, no período de pré-adoção, ou seja, tempo decorrido entre o acolhimento e a pré-adoção, detêm idades compreendidas 2 e 3 anos (88 crianças/jovens) e entre

os 4 e 6 anos (82 crianças/jovens); são do sexo masculino e não detêm irmãos.

É denotar também que entre 2015 e 2016, 329 crianças foram inseridas em famílias, no período de pré-adoção. Destes 329 casos, 43 foram de interrupção de adoção, ou seja, a criança voltou para a instituição ou para a família de acolhimento.

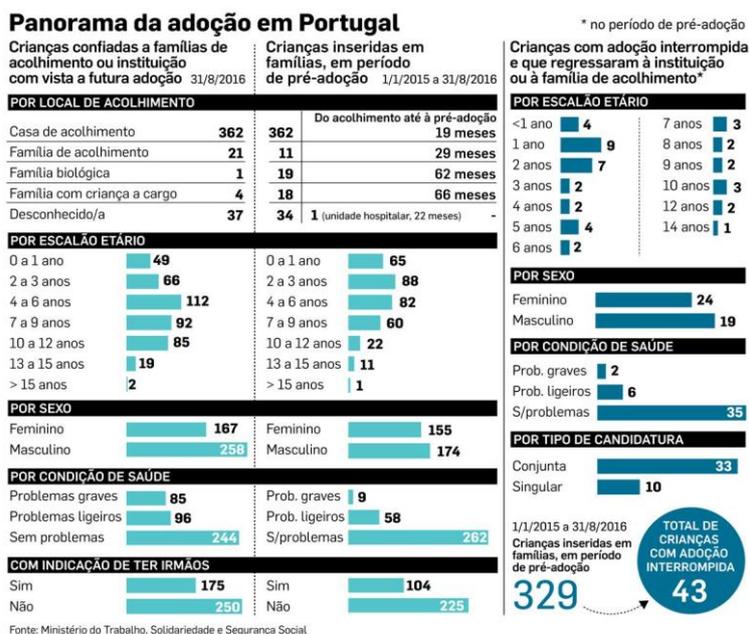


Gráfico 6 – Panorama da Adoção em Portugal

(Fonte: Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social em Jornal Diário de Notícias⁴)

⁴<https://www.dn.pt/sociedade/interior/orgulho-em-adotar-mesmo-nos-casos-complexos-8527244.html> consultado a 16 junho de 2018

METODOLOGIA

Concluída a primeira parte deste trabalho, esta irá assentar-se na metodologia envolvida neste processo de investigação. Salienta-se, como já mencionado anteriormente, que o objeto da pesquisa é o de “saber em que medida os filhos adotados são alvo de um particular processo educativo, quando o comparamos com os filhos biológicos”. Tendo em conta este propósito e a diminuta investigação relacionada com esta temática, elegeu-se o uso das entrevistas como instrumentos de trabalho; dado a sua flexibilidade através do contacto direto, permitem a explicitação das perguntas e das respostas, sendo possível aprofundar a perceção que as pessoas atribuem às suas ações, o que, neste caso, se poderia revelar muito útil. Segundo Muchielli (1994, em Martins, 2013:19), a entrevista constitui uma ferramenta privilegiada de recolha de informação na medida em que permite aceder às atitudes fundamentais dos indivíduos.

Neste presente estudo foram realizadas 5 entrevistas semi-diretivas a famílias com filhos biológicos e adotados, através da técnica de amostragem “bola de neve”, que é de grande utilidade quando o público-alvo é difícil de identificar e de se localizar. Registaram-se alguns entraves no acesso aos entrevistados, nomeadamente, a dificuldade de os localizar, devido à exigência do perfil dos mesmos: terem, simultaneamente, filhos biológicos e adotados.

Após a transcrição integral das entrevistas realizadas, procedeu-se à análise de conteúdos das mesmas:

- sistematização dos dados recolhidos, através da construção de grelhas de análise e categorial
- comparação (horizontal) das respostas dados em cada categoria.

Como fica patente no quadro nº 1, todos os entrevistados são casados, com elevadas habilitações académicas, como também seus filhos biológicos são mais velhos que os filhos adotados, sendo a média de filhos por família, de 2 a 3 filhos. Quanto ao sexo do filho adotado é maioritariamente, do sexo masculino. Denota-se, ainda, as idades preferidas das crianças a serem adotadas, são as faixas etárias que antecedem a entrada na pré-adolescência, isto é, tinham idades compreendidas entre 1-2 anos (3 casos) e entre os 6-10 anos (3 casos). Quanto à idade dos pais adotantes, estas estão compreendidas, no caso das mães entre os 40 e 56 anos, no caso dos pais entre os 42 anos e 65 anos.

O tempo que separa as mães do momento da adoção é muito variável (entre 1 e 23 anos) e este facto tem, com certeza, repercussões no depoimento prestado, associadas à memória desses momentos. Muito diversificada é também a idade com que as crianças foram adotadas: 3 delas eram ainda bebés (1-2 anos de idade) e as outras 2 tinham entre 6 e 10 anos.

Mãe			Pai			Nº F i l h o s	Filho Adotado			Filho Biológico			Tempo decorrido depois da adoção
Idade	Esc.	Profissão	Idade	Esc.	Profissão		S e x o	Idade de adoção	Idade Atual	S e x o	Idade na adoção	Idade Atual	
52	LIC	Prof.	50	LIC	Enf.	3	M	10	19	F	14	23	9
										F	10	19	
46	MES	Form.	44	LIC	GesTec	2	F	1	9	M	2	10	8
40	LIC	Banc.	42	LIC	Banc.	3	M	1	1	F	3	4	1
											3	4	
49	DT	Prof	50	DT	Eng.C	2	M	6	13	M	10	19	7
56	LIC	Prof	65	LIC	Eng.M	3	M	2	25	M	10	33	23
							F	9	32				

Quadro 2 - Caracterização Social dos Entrevistados

Legenda:

F – Família

Banc.– Bancário

Enf.- Enfermeiro;

GesTec.– Gestor de Tecnologia

Prof.- Professora

Eng.M. – Engenheiro Minas

Eng.C. – Engenheiro Civil

Form.- Formadora

M- Masculino

F- Feminino

ESC-Escolaridade

LIC- Licenciatura

MES – Mestrado

DT – Doutorado

No texto que se segue as citações das entrevistas sobre a análise das mesmas foram anonimizadas.

APRESENTAÇÃO DE RESULTADOS

3.1 – O Processo de Adoção

3.1.1 - As Motivações da Adoção

Com os dados obtidos nas entrevistas efetuados com este estudo, pode-se concluir que as motivações fulcrais que originaram o projeto de adoção são questões altruístas, de quererem aumentar a família, ou simplesmente, do desejo de adotar uma criança.

Esta evidência, é corroborada pelas conclusões da autora Schettini, na qual enunciou que as motivações para adoção nas famílias com filhos biológico-adoptivas eram “em função de motivos altruístas (solidariedade, cidadania) ou pretendiam aumentar a família e não havia mais possibilidade biológica para tal ou afirmaram que o projeto familiar incluía filhos biológicos e adotados “(Schettini, 2007:91).

“Desejar dar amor e um lar a uma criança que não o tinha”.

“A vontade de ser pais por via da adoção era comparável à vontade de ser pais por via biológica”.

“(...) tínhamos passado por três processos de fertilização sem qualquer resultado”.

3.1.2 - Envolvimento do Irmão Biológico no Processo de Adoção

O envolvimento do irmão biológico no processo de adoção é total, segundo a análise destas famílias, pois nelas constam nos seus processos de adoção o empenhamento, conhecimento e diálogo sobre o assunto, no qual o irmão(ã) biológico(a) demonstra grande desejo em vir a ter um irmão, o que facilitou e veio a reforçar, em algumas famílias, a intenção de adotar uma criança.

“(...) durante o processo de adoção, ele foi envolvido. O processo tem três fases e numa delas, quando há filhos biológicos, e este procedimento foi feito pelas técnicas da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, onde decorreu o processo, pediram-nos e tudo que na primeira visita a criança fosse somente os pais, já na segunda semana vão os pais mais os irmãos e o meu filho até levou uma prenda ... também foi pedido como modo de envolvimento do filho biológico a criação de um álbum de fotos, para que a criança adotada tenha a perceção das pessoas que vão ficar com ela, a nova família”.

“As irmãs como eram pequenas e ainda o são, mas mais na altura da adoção, tentámos explicar o melhor possível que vinha um irmão novo, elas até uns dias antes de o conhecerem, mostrámos-lhes fotos dele, e ao mesmo tempo fomos explicando...elas até nós ajudaram a preparar o quarto para o irmão, o que adoraram”.

“Em todo. O Guilherme teve sempre presente em todo o processo. E, fui até muito incentivada pelo Guilherme, pois de repente, percebi que era uma ideia que o agradava brutalmente... pois, um dia estávamos a ver um documentário, ou uma reportagem, na televisão sobre miúdos institucionalizadas e ele virou-se para mim e perguntou-me: “se não os podíamos trazer todos para casa?”. À qual, eu disse: “que não, que são muitos, mas que um dele, poderíamos tentar!”. E foi a partir daí, que começamos a explicar e ele ficou entusiasmadíssimo. Ele quis muito! Foi muito fácil a adesão a ideia e ao processo. Os primeiros tempos foram de encantamento mútuo... o Guilherme. adorou aquela ideia de poder acolher e cuidar de um...”.

3.1.3 - Conhecimento da Condição de Adotado

O filho adotado, em pelo menos três casos em análise, já sabe da condição de ser adotado, pois estas crianças foram adotadas com idades entre os 6-10 anos, logo tiveram consciência da situação e em alguns casos, até recordam-se dos momentos que passaram. Nos dois casos de estudo em que a criança ainda não sabe da condição de ser adotado, a revelação deste facto vai ser feita assim que a mesma tiver preparada e tiver discernimento para a compreender.

“Sim, a revelação foi feita desde o momento em que a Maria teve consciência da situação. E nós sempre lhe fomos falando desta situação à medida que foi crescendo connosco. As técnicas ensinam-nos várias técnicas de revelação e comunicação sobre este assunto, uma delas e é a que nós fazemos cá em casa, é a celebração do dia em que nos tornamos família. Antes esta, era feita no dia da Maria, mais os anos dela, o que para ela, aos 4 anos já se questionava como é que ela tinha dois dias e o irmão só tinha um, logo aí tivemos a consciência dela aperceber-se da situação.

“Sim o Guilherme., com 6 anos, já tinha perfeita consciência do que se passou. O Guilherme. é um miúdo que sabe a história dele... Ele tinha quatro anos, quando foi tirado a sua família biológica e lembra-se de tudo, como foi (...)”.

“Ele sempre soube desde o início que era adotado. Portanto, entre o acolhimento e adoção decorreu mais ou menos em dois anos e meio, entre uma situação e outra, e, portanto, ao fim de

dois anos e meio, ele estava com dez anos, quase onze, e ele soube perfeitamente as coisas. Nós explicámos a situação... tentámos o mais delicadamente possível, e não usar as palavras “exatas”, pois as palavras “exatas” eram as “ruins”, eram a que a juíza decidiu: “ele iria para adoção, porque estava em abandono da família”. Portanto, não lhe disséssemos isto diretamente, mas ele percebeu e como nunca ninguém.... apareceu nas reuniões que tínhamos de seis em seis meses sempre, ninguém dizia nada... primeiro, chamavam os pais biológicos e depois nós”.

3.2 – As Estratégias Educativas

3.2.1 - Adaptação do filho adotado à Família

A adaptação do filho adotado à família adotante, em duas das famílias foi mais complicada, pois os filhos adotados tinham idades compreendidas entre os 9-10 anos, o que leva a criança a apresentarem dificuldades de comunicação e adaptação à família e às suas regras, ou mesmo à escola; tendo obrigado os entrevistados em questão, a socorrer-se do apoio psicológico e ajuda na escola para o seu filho adotado, além do recurso a um diálogo e atenção constantes com o mesmo.

“(...) como algumas dificuldades de interpretação e compreensão de informação básica do quotidiano (...) também notámos dificuldade de adaptação à alimentação variada (...). Mas também, notámos grandes dificuldades de adaptação às atividades escolares, pois trazia muitas lacunas na elaboração de frases, mesmo oralmente [...] Estas foram-se resolvendo com o tempo, essencialmente, com paciência e persistência. Mas apesar disso, necessitámos de ter o apoio de psicólogos e da escola, para melhor resolver a situação, ou seja, ele vir a superar estas dificuldades (...)”.

“(...) de psicólogos. Reunimos sempre todos os esforços, para que ela encontrasse o “equilíbrio”, tivesse sempre orientação psicológica através de uma terapia regular”.

“Na verdade, eu acho que não tivemos dificuldade nenhuma, em termos da adaptação. O Guilherme é um miúdo, muito.... até assustadoramente!... fácil de se adaptar, assim.... porque ele, nunca teve crises existenciais, nunca colocou nada em causa, nunca teve porquês e com essa idade!!! Portanto, ele encarou o processo como uma coisa boa, como uma sorte, ele dizia que: “eu tive muita sorte em ter encontrado uma família tão boa!”. Portanto, os miúdos quando estão institucionalizados, e isso foi uma coisa que eu percebi, é que ao eles terem uma família, ao serem escolhidos para uma família, é como se lhes saísse a “lotaria”!”.

3.2.2 - Filho Adotado: Comportamento Problemático

O filho adotado em todos os casos não apresentou nenhum comportamento problemático quer seja agressividade ou ciúme excessivo, por exemplo. Mas é relevante salientar que, num dos casos um dos filhos adotados revelou-se complicado, pois revelou uma resistência ao estudo, alguma compulsão para mentir (tendência para mitomania) e para estabelecer relações de amizade desviantes, que por sua vez, levou este inadvertidamente, a sair de casa (apesar,

desta ter na altura a maioridade, ainda era muito precoce e insensato para fazê-lo). O motivo deste comportamento, na visão da família em questão, deve-se aos traumas do passado que esta criança terá sofrido antes da adoção, e que ainda hoje em seu “ser” poderão não estar totalmente ultrapassados.

“Sim, pode dizer-se que a minha filha adotiva insurgiu-se contra a necessidade de estudar, mentia-nos com frequência que ia às aulas e não comparecia, aliou-se a amizades e companhias más. E como não quis estudar mais, não queria aceitar os “nossos conselhos”, decidi “fugir de casa”[...] Como ela já era maior de idade, deixamo-la seguir o caminho que ela mesma decidiu trilhar. Claro, que tentei chamá-la a razão, e falar com ela, mas sem sucesso de voltar para casa. Porém, não deixei de ir mantendo o contacto com ela; sempre a tentar ajudá-la, a ampará-la ... Enfim...[...] No meu ver, deve-se aos traumas do passado que ela não conseguiu ultrapassar”.

3.2.3 - Relação entre Irmãos

A relação entre os irmãos é igual como em qualquer fratria de irmãos biológicos, não depende o fator de um dos irmãos ser adotado. Denota-se também, a existência natural de episódios de ciúmes na relação entre irmãos, mas por sua vez, poderá ser intrinsecamente um modo de resistência à vinda do irmão adotado.

“Normal no meu ver, como sou filha única e o meu marido também não temos outra realidade a não ser a dos primos claro, mas sim é normal, andam sempre a “porrada” um ao outro, mas tem uma enorme cumplicidade (...). E se há situações de ciúme que são normais, eu digo-lhes logo que tenho dois braços e duas pernas, logo dou para os dois. Acho que têm uma relação saudável e é isso que nós queremos criar seres humanos sólidos, que se respeitem e saibam respeitar o próximo [...] Sim, mas nada que não seja normal numa criança, tanto que o Vasco., já sabia que ia ter um irmão (...), ou seja, o Vasco. teve ciúmes, mas ele não teve muita perceção como era pequeno”.

“Neste momento é excelente, eles dão se os três muito bem, hum... não há alias...sempre foi muito claro desde o início, antes de ele chegar, elas sempre souberam do nosso desejo de adotar uma criança... se assim surgisse essa hipótese...hum...e elas estavam muito entusiasmadas com isto, mas é claro depois no concreto a outra sentiu, porque era mais novinha!!! Mas, em termos gerais as coisas correram naturalmente. Eles entretajudam-se imenso (...)”.

“É muito boa, como tem uma diferença de idades pequena, 1 ano entre eles, a relação é boa... eles entendem-se, mas também, brigam como qualquer criança; mas além disso, eles adoram-se. É como disse, muito boa a relação entre eles.”

3.2.4 - Estratégias Educativas

As estratégias educativas expressas pelos entrevistados remetem para o estilo educativo *autoritativo* (Baumrind, 1971), baseado no controlo e apoio elevados, caracterizado por uma atitude racional, encorajando as trocas verbais, explicando as suas razões e usando a sua autoridade quando necessária, em prol da determinação de regras e em simultâneo, de estímulo para que as suas crianças sejam independentes. Segundo Kellerhals 1991 (em Montandon; 2005), estes valores são mais fortalecidos nas classes sociais elevadas, e, por conseguinte, isto é comprovado mais uma vez, no caso destas famílias entrevistadas.

“Desde pequenos que os impelimos a ter de escolher, a ter de decidir, sendo que controlamos (...). Procuramos, sempre que possível chamar a atenção para as escolhas menos adequadas que possam fazer, apresentando argumentos favoráveis e desfavoráveis para as suas escolhas”.

“Tentámos, sempre que possível, porque às vezes é preciso "falar mais alto", ouvi-los, conversar, demarcar limites em conjunto e deixá-los desenvolver as suas próprias linhas de pensamento e formas de atuação. Pensamos que seja necessário que eles criem a sua "estrutura mental" e que consigam resolver os problemas sozinhos de forma a ganharem confiança e autonomia. Quando necessário, tentamos fornecer-lhes pistas ou orientá-los para soluções. Gostamos deles como são e queremos que sejam "bons" adultos, capazes de trabalhar, divertirem-se, relacionarem-se e serem felizes”.

Os modos de educar os filhos são considerados, por estas famílias, diferentes, não pelo facto de uns serem adotados e outros biológicos, mas porque todas as crianças são diferentes, com personalidades ou história de vida distintas. O que vem reforçar a ideia de (Schettini, 2007:189) quando refere que “(...) não sugerem diferenças marcantes na educação de filhos adotados ou biológicos. O que nos leva a confirmar que filhos são filhos, independente da forma de filiação e educá-los é uma tarefa complexa sempre” (Schettini,2007:189).

“Foi o mais semelhante possível, embora as circunstâncias iniciais tivessem sido obviamente muito diferentes, tendo em conta que o acolhimento se deu quando a criança já estava a completar os 8 anos”.

“(...) a educação das nossas duas crianças é diferente por se tratarem de crianças diferentes, com personalidades, comportamentos e necessidades específicas e particulares”.

“A educação de um filho é sempre diferente, dado que pesa a personalidade do mesmo, os conhecimentos adquiridos com os anteriores, a percepção mais nítida do que é normal ou não numa criança, o meio social e a envolvente funcional, e a própria sociedade”.

No caso das adoções tardias (a partir dos 6 anos) pode-se identificar a existência de especificidades relativamente aos filhos adotados, na medida em alguma das famílias reconhecem que há uma tendência para serem mais benevolentes com os mesmos, em comparação com os filhos biológicos, por causa do passado, supostamente, traumático das crianças adotadas (apesar desta asserção nem sempre ser consensual entre o casal).

“Os pais adotados serão mais propensos a relativizar as ações dos filhos adotados, do que propriamente, dos filhos biológicos. Estes últimos, os biológicos, não estarão marcados por um início de vida fora de uma relação familiar saudável e “normal”.

“Lá em casa tentámos não ter isso muito em conta, ou melhor, para o meu marido mais do que para mim, o que conta é desde o momento em que ele está connosco ... a maneira que ele age com ele..., ou seja, ele não usa como desculpa a história que teve. O que interessa é que agora está aqui connosco, e não podemos estar permanentemente a pensar que ele é assim, “coitadinho”, porque..., mas, há uma parte em que temos que ter em atenção (...). Eu tenho falta, eu tenho pena em não ter tido o momento de dar, dar, dar ao Guilherme., porque não tive oportunidade de o fazer, para não estar já a exigir”.

Outro aspeto que as famílias reconhecem ser um aspeto específico em relação aos filhos adotados, é o acréscimo de preocupação que estas têm com a chegada deste novo elemento à família, bem como a sua integração e adaptação às rotinas e relações familiares.

“Trouxe a preocupação da vinda de um filho adotado em si mesmo, que é, por si mesmo, um foco de preocupação; mas também, é um foco de prazer, um foco de alegria. De qualquer das formas, é também um foco de preocupação! Mas, como de qualquer filho seria (...) mas, com esse dado específico de ele ter uma “história”.

“Tivemos receio que os filhos adotados fossem crianças muito problemáticas e de difícil trato. Enfim... preocupação em termos de integração quer no meio familiar, quer no nosso círculo de amigos, e até mesmo na localidade onde morávamos”.

3.2.5 - Preocupações dos Pais em relação Futuro dos Filhos

As preocupações que os pais têm com o futuro dos seus filhos são as mesmas de qualquer progenitor. Contudo, uma das novas preocupações/ receios que trouxe a vinda do filho adotado, reside particularmente, com a questão de um dia virem a ser questionados sobre a adoção em si e /ou o(s) seu(s) filho(s) adotado(s) quererem conhecer os pais biológicos. Os entrevistados afirmaram ainda, preocupar-se com o rumo da nossa sociedade, que se está a desconstruir progressivamente, e quais as suas repercussões nas vidas das gerações futuras.

“Temos as preocupações “normais” de pais... quaisquer “problemas” que venham a apresentar, serão tratados com/pela criança/jovem em si, e não pelo facto de um ser biológico e outro adotado. Queremos dar a ambos o máximo de confiança neles próprios, para conseguirem atingir os objetivos a que se proponham na vida [...] (...) não tinha muitas preocupações, nada em especial mesmo, na medida em que já sabia que ela mais cedo ou mais tarde ia-me questionar sobre o facto de ser adotada”.

“Sim, muitas. Com a crescente desconstrução do modelo de sociedade, com cada vez menos interação entre as pessoas, o individualismo crescente, e a noção de que o outro é menos importante que o próprio, levam-nos a recear pelos nossos filhos numa comunidade ou sociedade onde existam mais homens de do que pessoas”.

“Como qualquer pai, mãe existe sempre presente uma preocupação, relativamente ao seu futuro. A grande instabilidade de emprego e a sua precariedade são motivos de apreensão: Estas são fundamentalmente as minhas preocupações, as preocupações “normais” para quem ama e se preocupa com os seus filhos... E é claro, gostaria também que fossem felizes no percurso que vão escolhendo. Alegro-me de vê-los bem!”

CONCLUSÃO

Principiou-se o processo de investigação pela recolha de elementos teóricos e empíricos, que permitissem enquadrar a realidade em estudo.

Analisados os dados recolhidos por entrevista a 5 mães de famílias com filhos biológicos e adotados foi possível concluir que, no que diz respeito ao processo de adoção:

1. As motivações fulcrais que originaram o projeto de adoção são questões altruístas, de quererem aumentar a família, ou simplesmente, do desejo de adotar uma criança. Esta evidência é corroborada pelas conclusões da autora Schettini, na qual enunciou que as motivações para adoção nas famílias com filhos biológico-adotivos eram “em função de motivos altruístas (solidariedade, cidadania) ou pretendiam aumentar a família e não havia mais possibilidade biológica para tal ou afirmaram que o projeto familiar incluía filhos biológicos e adotados “. (Schettini, 2007:91).
2. O envolvimento do irmão biológico no processo de adoção é total, segundo a análise destas famílias, pois nelas constam nos seus processos de adoção o empenhamento, conhecimento e diálogo sobre o assunto, no qual o irmão(ã) biológico(a) demonstra grande desejo em vir a ter um irmão, o que facilitou e veio a reforçar, em algumas famílias, a intenção de adotar uma criança.
3. O filho adotado, em pelo menos três casos em análise, já sabe da condição de ser adotado, pois estas crianças foram adotadas com idades entre os 6-10 anos, logo tiveram consciência da situação e em alguns casos, até recordam-se dos momentos que passaram. Nos dois casos de estudo em que a criança ainda não sabe da condição de ser adotado, a revelação deste facto vai ser feita assim que a mesma tiver preparada e tiver discernimento para a compreender.

Relativamente às estratégias educativas concluímos que:

1. Os modos de educar os filhos são considerados, por estas famílias, diferentes, não pelo facto de uns serem adotados e outros biológicos, mas porque todas as crianças são diferentes, com personalidades ou história de vida distintas. O que vem reforçar a ideia de Schettini, quando refere que “(...) não sugerem diferenças marcantes na educação de filhos adotados ou biológicos. O que nos leva a confirmar que filhos são filhos, independente da forma de filiação e educá-los é uma tarefa complexa sempre”. (Schettini,2007:189).

2. O estilo educativo predominante, nas famílias biológico-adotivas, é o “autoritativo”. Este estilo educativo já tinha sido enunciado por Baumrind (1971) no qual, os níveis de afeto, comunicação, apoio e controlo são iguais para ambos os filhos, assim como referido por Rueter et al. (2009) e Solomon e Poirier (2006) e Marquis e Detweiler (1985 citado por Lavado, 2005:15).
3. A relação entre os irmãos é igual como em qualquer fratria de irmãos biológicos, não depende o fator de um dos irmãos ser adotado. Denota-se também, a existência natural de episódios de ciúmes na relação entre irmãos, mas por sua vez, poderá ser intrinsecamente um modo de resistência à vinda do irmão adotado. Esta informação foi ao encontro do que Schettini disse no seu estudo, sobre haver manifestação de resistência por parte dos irmãos à vinda do irmão adotado, com a exteriorização de ciúmes, mas estes foram ultrapassados com a convivência entre as crianças e o diálogo. (Schettini, 2007:93-94).
4. A adaptação do filho adotado à família adotante, em duas das famílias foi mais complicada, pois os filhos adotados tinham idades compreendidas entre os 9-10 anos, o que leva a criança a apresentarem dificuldades de comunicação e adaptação à família e às suas regras, ou mesmo à escola; tendo obrigado os entrevistados em questão, a socorrer-se do apoio psicológico e ajuda na escola para o seu filho adotado, além do recurso a um diálogo e atenção constantes com o mesmo. Mas de modo geral as crianças adotadas tiveram uma boa adaptação as famílias adotivas. Esta informação é corroborada com o que já enunciado por Schettini (2007), na análise das entrevistas que não houve problemas de adaptação da criança adotada (Schettini,2007: 100).
5. O filho adotado em todos os casos não apresentou nenhum comportamento problemático quer seja agressividade ou ciúme excessivo, por exemplo. Mas é relevante salientar que, num dos casos um dos filhos adotados revelou-se complicado, pois revelou uma resistência ao estudo, alguma compulsão para mentir (tendência para mitomania) e para estabelecer relações de amizade desviantes, que por sua vez, levou este inadvertidamente, a sair de casa (apesar, desta ter na altura a maioridade, ainda era muito precoce e insensato para fazê-lo). O motivo deste comportamento, na visão da família em questão, deve-se aos traumas do passado que esta criança terá sofrido antes da adoção, e que ainda hoje em seu “ser” poderão não estar totalmente ultrapassados.
6. No caso das adoções tardias (a partir dos 6 anos) pode-se identificar a existência de especificidades relativamente aos filhos adotados, na medida em alguma das famílias reconhecem que há uma tendência para serem mais benevolentes com os mesmos, em comparação com os filhos biológicos, por causa do passado, supostamente, traumático das crianças adotadas (apesar desta asserção nem sempre ser consensual entre o casal). Outro aspeto que as famílias reconhecem ser um aspeto específico em relação aos filhos

adotados, é o acréscimo de preocupação que estas têm com a chegada deste novo elemento à família, bem como a sua integração e adaptação às rotinas e relações familiares.

7. As preocupações que os pais têm com o futuro dos seus filhos são as mesmas de qualquer progenitor. Contudo, uma das novas preocupações/ receios que trouxe a vinda do filho adotado, reside particularmente, com a questão de um dia virem a ser questionados sobre a adoção em si e /ou o(s) seu(s) filho(s) adotado(s) quererem conhecer os pais biológicos. Os entrevistados afirmaram ainda, preocupar-se com o rumo da nossa sociedade, que se está a desconstruir progressivamente, e quais as suas repercussões nas vidas das gerações futuras. Esta informação também evidente no estudo de Schettini, na qual os pais afirmaram ter como preocupações em relação ao futuro dos filhos, sendo estas análogas às de todos os progenitores que têm filhos, entre elas, o bom desempenho escolar, o sucesso profissional, pessoal e sentimental. (Schettini,2007:123).

Uma das limitações encontradas para a realização deste estudo foi a particularidade das características das famílias a entrevistar, pois teriam de serem famílias compostas, simultaneamente, por filhos biológicos e adotados, o que na nossa sociedade atual é complicado, dado que na sua grande maioria as famílias são constituídas somente por filhos adotados ou por filhos biológicos.

É importante realçar que neste estudo foi somente avaliado a opinião das mães em relação ao objeto de estudo. Nesse sentido, considera-se necessária a realização de outros estudos com um maior número de participantes, de modo a perceber e a comprovar se as conclusões expostas são generalistas.

Um dos principais contributos desta investigação prende-se com o facto de não existirem muitos estudos em Portugal sobre o tema em questão.

Ao concluir este trabalho, considero que todo o tempo investido neste percurso valeu a pena, uma vez que constituiu uma oportunidade de reflexão e uma experiência de enriquecimento pessoal, profissional e académico.

BIBLIOGRAFIA

Amarante, Marina Colombo (2008). *Estilos Parentais de Pais Adotados*. Universidade do Sagrado Coração Bauru –SP.

Azevedo, A. S. & Moura, M. (2000). *Outros filhos, os mesmos direitos*. Gráfica Maiadouro.

Filho, Luiz Schettini (1995). *Compreendendo o filho adotado*. Recife: Edições Bagaço

Franco, Délia (2007). *Estratégias Educativas das Famílias. Estudo de Caso de Famílias Madeirenses com crianças na Educação Pré-Escolar*, Tese de Mestrado em Educação e Sociedade - ISCTE, Lisboa.

Gomes, Rosa Marília (2003). *Adoção: Aceitar a criança e a sua história condição especial para o sucesso*. Dissertação Psicologia do UniCEUB – Centro Universitário de Brasília.

Gibson, K. (2009). Differential parental investment in families with both adopted and genetic children. *Evolution and Human Behavior*, Vol. 30, pp. 184–189.

Hamilton, L., Cheng, S., & Powell, B. (2007). Adoptive parents, adaptive parents: Evaluating the importance of biologicalties for parental investment. *American Sociological Review*, Vol. 72, pp. 95–116.

Iturra, Raul (1994). “O Processo Educativo: Ensino ou Aprendizagem”. *Revista de Ciências da Educação, Sociologia e Antropologia: Educação Sociedade e Culturas*, Nº 1. Afrontamento, Porto. Revisto e reeditado a 31 de Julho de 2013 por Irene Cortesão Costa.

Kellerhals, J. Montandon C. (1991). *Les Stratégies Éducatives des Familles*, Lausanne, Delachaux et Niestle.

Lavado, Ana Margarida Martins Sequeira (2015). *Percepção Parental sobre os Estilos Educativos Parentais e os Padrões de Vinculação da Criança: Um Estudo com Mães e Pais Adotivos e Biológicos*. Mestrado Integrado de Psicologia. Universidade de Lisboa.

Martins, Sandrina Maria Silva (2013). *Estudo qualitativo sobre as respostas sociais para o abuso sexual de crianças*. Universidade Fernando Pessoa, pp. 16-23.

Mollo-Bouvier, Suzanne (2005). “Transformações dos modos de socialização das crianças: uma abordagem sociológica”, em *Educação & Sociedade*, vol. 26, nº 91.

Montandon, Cléopâtre e Philippe Perrenoud (2001). “Entre Pais e Professores, Um Diálogo Impossível?”. *Para uma Análise Sociológica das Interações Entre a Família e a Escola*. Celta Editora, Oeiras.

Montandon, C. (2005). “As práticas educativas parentais e a experiência das crianças”. *Educação e Sociedade*, Vol.26 pp.485-507.

Vargas, Marlizete, Maldonado. (1998.) *Adoção tardia: da família sonhada à família possível*. 1ª Ed. São Paulo: Casa do Psicólogo.

- Relvas, A. P. (1996). *O ciclo vital da família, perspectiva sistémica*, Porto: Afrontamento.
- Rueter, M. A., Keyes, M.A., Iacono, W.G., & McGue, M. (2009). “Family Interactions in adoptive compared to non-adoptive families”. *Journal of Family Psychology*, Vol.23, pp.58–66.
- Seabra, Teresa (1999). *Educação nas famílias – etnicidade e classes sociais*, Lisboa, IIE.
- Segalen, Martine (1996). *Sociologia da Família*, Terramar, Lisboa.
- Segurança Social (2012). *Relatório CASA 2011 - Relatório de Caracterização Anual da Situação de Acolhimento das Crianças e Jovens*. Instituto da Segurança Social, I.P Departamento de Desenvolvimento Social | Unidade de Infância e Juventude. (Disponível em: <http://www.seg-social.pt/publicacoes?kw=CASA> consultado no dia 25 de Maio de 2018)
- Segurança Social (2013). *Relatório CASA 2012 - Relatório de Caracterização Anual da Situação de Acolhimento das Crianças e Jovens*. Instituto da Segurança Social, I.P Departamento de Desenvolvimento Social | Unidade de Infância e Juventude. (Disponível em: <http://www.seg-social.pt/publicacoes?kw=CASA> consultado no dia 25 de Maio de 2018).
- Segurança Social (2014). *Relatório CASA 2013 - Relatório de Caracterização Anual da Situação de Acolhimento das Crianças e Jovens*. Instituto da Segurança Social, I.P (2017) Departamento de Desenvolvimento Social | Unidade de Infância e Juventude. (Disponível em: <http://www.seg-social.pt/publicacoes?kw=CASA> consultado no dia 25 de Maio de 2018).
- Segurança Social (2015). *Relatório CASA 2014 - Relatório de Caracterização Anual da Situação de Acolhimento das Crianças e Jovens*. Instituto da Segurança Social, I.P Departamento de Desenvolvimento Social | Unidade de Infância e Juventude. (Disponível em: <http://www.seg-social.pt/publicacoes?kw=CASA> consultado no dia 25 de Maio de 2018).
- Segurança Social (2016). *Relatório CASA 2015 - Relatório de Caracterização Anual da Situação de Acolhimento das Crianças e Jovens*. Instituto da Segurança Social, I.P Departamento de Desenvolvimento Social | Unidade de Infância e Juventude. (Disponível em: <http://www.seg-social.pt/publicacoes?kw=CASA> consultado no dia 25 de Maio de 2018).
- Segurança Social (2017). *Relatório CASA 2016 - Relatório de Caracterização Anual da Situação de Acolhimento das Crianças e Jovens*. Instituto da Segurança Social, I.P Departamento de Desenvolvimento Social | Unidade de Infância e Juventude. (Disponível em: <http://www.seg-social.pt/publicacoes?kw=CASA> consultado no dia 25 de Maio de 2018).
- Schettini, Suzana Sofia Moeller e Cristina Maria de Souza Brito Dias (2007). *Filhos por adoção: um estudo sobre as dificuldades percebidas no seu processo educativo em famílias com e sem filhos biológicos*. Mestrado em Psicologia Clínica. Universidade Católica de Pernambuco, pp.83-182.
- Tatsch, Dirce Teresinha e Silvana Terezinha Baumgarten (2015). “Conhecendo as Famílias Adotivas e suas Dificuldades de Adaptação”. Universidade de Passo Fundo, Brasil. *Eixo Temático – Ensino Pesquisa e Extensão. Psicologia Clínica*, vol. 27, n. 1, p. 175 – 194.

FONTES

Pordata - <https://www.pordata.pt/Portugal/Processos+findos+de+adop%C3%A7%C3%A3o-1426> consultado no dia 16 de Junho de 2018

Jornal Diário de Notícias - <https://www.dn.pt/sociedade/interior/orgulho-em-adotar-mesmo-nos-casos-complexos-8527244.html> consultado no dia 16 de Junho de 2018

Relatório CASA - Caracterização Anual da Situação de Acolhimento das Crianças e Jovens (2016) - <http://www.seg-social.pt/publicacoes?kw=CASA> consultado no dia 25 de Maio de 2018

ANEXOS

Guião de Entrevista



Esta entrevista insere-se no âmbito da preparação da Dissertação como parte dos requisitos para a obtenção do grau de Mestre em Educação e Sociedade, no ISCTE- Instituto Universitário de Lisboa sob a orientação da Professora Doutora Teresa Seabra.

A entrevista dirige-se às famílias com filhos biológicos e adotados. O propósito deste estudo é perceber como as famílias com filhos biológicos e adotados gerem as suas estratégias educativas.

Por último, é ainda garantido, durante todo o estudo, o anonimato e confidencialidade de todos os dados recolhidos durante a entrevista.

I Parte: Adoção

*Qual foi o motivo para adotar?

*Quantos filhos adotados têm?

*Qual a idade e sexo?

*Quantos filhos biológicos têm?

*Qual a idade e sexo?

*Que idade tinham os seus filhos biológicos na altura da adoção? E os seus filhos adotados?

*Notaram alguma dificuldade de adaptação da criança à família?

*Como a resolveram?

II Parte: Educação

* Em relação a educação dos seus filhos (biológicos e adotados) considera que a educação destes foi semelhante ou diferente? Porquê?

* Atribui essas semelhanças ou diferenças ao quê? (motivo)

* O(s) seu(s) filho(s) adotado(s) apresenta algum tipo de comportamento problemático? Se sim, qual? Como se resolveram estas situações de comportamento?

* Qual o motivo destas situações de comportamento no seu ver?

* Deparam-se ou deparou-se com alguma(s) dificuldade(s) para estabelecer limites educativos ao seu(s) filho(s) adotado(s) em comparação com o seu(s)filho(s)biológico(s)? Se sim, qual (s)?

De que forma resolveram a situação?

* No seu ver a educação que dá ao seu filho está relacionada com o fato de ser adotado, ou seja, a educação está relacionada com a adoção?

* No seu ver os filhos adotados são mais ou menos problemáticos do que os filhos adotados?

Porquê?

* Como tem educado os seus filhos, com que tipo de preocupações e que métodos usa?

* Tem alguma preocupação em relação ao futuro dos seus filhos?

* Que novas preocupações/ receio lhe trouxe a vinda do filho adotado?

* Como foi envolvido o irmão/irmã biológico no processo de adoção?

* Deparou-se com alguma resistência por parte do irmão biológico perante o adotado?

* O seu filho adotado já sabe da condição de ser adotado? Com que idade o fez?

* Como é a relação entre os irmãos?

Caracterização Social do Entrevistado

*Idade

*Estado Civil

*Local de Residência

*Escolaridade

*Profissão

Obrigada pela colaboração!